

ESCOLAS EM LUTA**LETRAS: manifestação nacional
se o ministro não responder**

Os estudantes das Faculdades de Letras têm prevista uma manifestação nacional em Lisboa na próxima sexta-feira, no caso de o ministro da Educação não garantir, entretanto, uma audiência com os respectivos representantes, a realizar até à próxima terça-feira. A decisão foi tomada pela Comissão Nacional Coordenadora dos estudantes, após a reunião do fim-de-semana no Porto com os membros dos Conselhos Científicos e Pedagógicos.

**Estudantes de Letras
manifestam-se em Lisboa
se o MEC os não receber**

□ **Acordo do Porto «positivo mas insatisfatório»**

Porto (da nossa delegação) — Se até às 11 horas da manhã da próxima sexta-feira, o ministro da Educação, João de Deus Pinheiro, não confirmar a marcação de uma audiência a realizar até terça-feira da semana que vem, os estudantes de Letras farão uma manifestação nacional em Lisboa, no próximo dia 21, frente ao Ministério da Educação e Cultura.

Esta é uma das resoluções da Comissão Nacional Coordenadora dos Estudantes de Letras, tomada após a «cimeira» do último fim-de-semana, durante a qual, como nos dizia ontem Ana Portela, da direcção da Associação de Letras do Porto, foi conseguido um «acordo positivo, mas insatisfatório».

O documento aprovado resultou, no essencial, de uma proposta adiantada por Maia

ca Casteleiro, presidente do Conselho Científico da Faculdade de Letras de Lisboa. Ainda segundo as informações que ontem recolhemos, «os estudantes acedem porque consideram a comissão paritária a formar como uma plataforma de negociação».

De qualquer das formas, este não é o final do percurso, e estão já marcadas reuniões gerais de alunos nas quatro escolas superiores envolvidas no processo, durante as quais será posta à votação uma proposta da coordenadora, que aponta para que os conselhos científicos e pedagógicos ratifiquem o acordo ainda esta semana.

Outra das exigências dos estudantes, disse-nos Manuel Loff, da Coordenadora Nacional dos Estudantes de Letras, tem a ver com a exigência de que o ministro «assinem um protocolo em que tudo quanto foi dito na última reunião com aquele governante seja escrito e assinado, dado que não existe nenhuma acta oficial do encontro».

Ainda ontem era-nos dada a notícia de que o secretaria-

do da FENPROF vai receber os estudantes para com eles debater uma questão que, nomeadamente por parte de sectores ligados ao Ministério, tem sido desvirtuada, de modo a que a luta dos estudantes seja entendida como contrária aos interesses dos actuais e futuros professores candidatos à profissionalização.

**Documento
transitório**

Apesar de os presidentes dos Conselhos Científicos e Pedagógicos terem aprovado o documento transitório de compromisso entre as partes, ele está ainda sujeito à aprovação pelos respectivos conselhos e pelas RGAs que se efectuarão nos próximos dias. A do Porto está marcada para quarta-feira próxima.

O acordo é ainda insatisfatório porque ficaram por resolver algumas questões também elas importantes, como por exemplo a área de influência das universidades; a salvaguarda dos interesses da anterior geração de licenciandos; e a capacidade das facul-

dades para darem execução ao regime transitório.

Diversos elementos da Coordenadora dos Estudantes têm feito questão de realçar que aceitarão a discussão na Comissão Paritária — com primeira reunião marcada para segunda-feira, dia 16 — mas o Ministério, é o último responsável. «É ele que legisla — salientam — e não se pode colocar fora da questão. O nosso interlocutor primordial é quem tem o poder, ou seja, o Ministério».

Como ontem noticiámos, do encontro realizado durante o fim-de-semana nesta cidade, resultou a formação de uma comissão paritária de professores e alunos, para elaboração de propostas com carácter urgente, relativas à formação profissional.

O segundo ponto do acordo estabelece que não será imposta qualquer contingência («numerus clausus» ou outra) no acesso à formação profissional, do regime transitório a aprovar, devendo ser salvaguardada a qualidade do ensino a ministrar.

Num terceiro ponto é feita a requisição ao Ministério da

Educação e Cultura de um levantamento prospectivo, amplo e diversificado, dos mercados de trabalho passíveis de vir a integrar formandos da área do curso de Letras até final do próximo mês de Março.

Por fim, os presidentes dos Conselhos Científicos e Pedagógicos, bem como os representantes dos estudantes, «embora cientes do direito constitucionalmente consignado à existência do ensino superior privado, concordam em sublinhar o carácter contraditório entre a forte restrição no acesso ao ensino superior público e a proliferação de cursos das áreas de Letras em universidades privadas, que formam licenciados, neste sector já comprovadamente saturado». Será incumbência da comissão «o estudo desta questão em relação com as possibilidades e dimensão do mercado de trabalho».

Para os próximos dias 20 e 21 ficou marcada uma reunião em Coimbra, onde serão comunicadas as alterações dos Conselhos Científicos e eventuais alterações por eles sugeridas.

1
2
3
4
5
6
7
8
9
X
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31

conflicto - estudantes